

O Sistema de Cotas e Práticas AntiCastas como Instrumentos de Proteção Social na Índia

por Pedro Lara de Arruda, Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (IPC-IG)

De Haan (2013) propõe um debate importante sobre como o conceito de nação da Índia e da China depende da oferta equitativa de instrumentos para a inclusão econômica de segmentos populacionais ligados às posições retrógradas. Enquanto, na China, a exclusão social afeta, sobretudo, as minorias étnicas (pessoas não Han), na Índia, ela está emaranhada na armadilha histórica de identidade-pobreza das castas; uma exclusão que afeta a maioria da população do país. O sistema de castas fundamenta-se em práticas cognitivas consolidadas em todos os níveis de interação social: desde o macroinstitucional até o mesonível de práticas desregradas.

De Haan (2013) refere-se ao debate se as políticas de inclusão de castas se sobrepõem a outras identidades vulneráveis. Há evidências que sugerem o contrário, uma vez que a luta contra o sistema de castas é transversal e inclui outras identidades frágeis como parte do sistema em um sentido mais amplo. O exame do sistema de castas e dos programas de distribuição de alimentos feito por Thorat e Lee (2006) revelou que a exclusão e distorção diminuíam sempre que o Sistema de Distribuição Pública (*Public Distribution System – PDS*) e o Esquema de Refeições no Meio do Dia (*Mid-Day Meal Scheme – MMS*) contavam com o apoio de movimentos de base, como o Desenvolvimento de Mulheres e Crianças em Áreas Rurais (*Development of Women and Children in Rural Areas – DWACRA*) em Andra Pradesh no planejamento, implementação e revisão de tais programas. Em um caso específico, observaram-se taxas de utilização muito mais elevadas por parte de castas e tribos desfavorecidas, além de menos incidentes de práticas castistas mesodesregradas, apesar de o estado de Andra Pradesh ter uma forte cultura de castas sem acesso aos recursos financeiros de outros estados analisados no estudo.

Da mesma forma, Das Gupta e Thorat (2009) argumentam que, às vezes, só o reconhecimento de outras desigualdades com base em identidade já exige uma estrutura fundamentada em castas. Ao avaliar a possibilidade de que as castas e as tribos desfavorecidas alcancem os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs) 2 e 3 (que abordam tanto a desigualdade de gênero na educação quanto o empoderamento de mulheres), os autores mostram que a desigualdade de gêneros entre as castas e tribos desfavorecidas é muito maior que o número agregado nacional.

As ondas de liberalização econômica ao longo dos anos de 1990 em consequência da Nova Política Econômica (*New Economic Policy – NEP*) causaram graves retrocessos na capacidade dos programas sociais de ponta de alcançar as castas e as tribos vulneráveis sob os Planos Quinquenais de números 10 e 11. Na Índia, os programas de proteção social costumam depender do estado para promover igualdade por meio de políticas que reservam cotas para grupos-alvo, o que não se aplica ao setor privado.

A liberalização dos serviços sociais desencadeada pelo NEP afetou negativamente a inclusão social das castas e das tribos desfavorecidas, de duas formas:

Em primeiro lugar, pela redução no número total de oportunidades de emprego que poderiam ser reservadas a tais grupos, agindo como elevador social para ajudá-los a escapar das armadilhas da pobreza.

Em segundo lugar, ao entregar tais serviços nas mãos do setor privado, o Estado perdeu a autoridade para prevenir práticas discriminatórias desreguladas, o que poderia ter sido alcançado caso a implementação ativa de políticas sociais fosse feita pelas próprias castas e tribos desfavorecidas e monitorada pela sociedade civil e/ou organizações do Estado.

Em seu relatório à UNICEF sobre o sistema de castas e as práticas para combatê-lo, da Missão Nacional de Saúde Rural (*National Rural Health Mission – NHRM*), Kaveri Gill refere-se ao Ragi Kalyan Samitis – RKSs (Comitê de Assistência) e aos Comitês de Saúde e Saneamento das Aldeias (*Village Health and Sanitation Committees – VHSCs*) como exemplos de arranjos capazes de assegurar a inclusão das castas e das tribos desfavorecidas, não só como beneficiários de serviços de proteção social, mas também como agentes/provedores de tais esquemas.

Em seu estudo sobre as perspectivas dos grupos desfavorecidos da Índia de alcançar os ODMs, Das Gupta e Thorat (2009) chegaram à conclusão preocupante de que a maioria dos ODMs e das metas estabelecidas internamente pelo governo indiano pelos Planos Quinquenais 10 e 11, provavelmente não será alcançada até 2015.

Se, na maioria dos casos, o mau desempenho das castas e das tribos desfavorecidas parece ser o principal fator que impede a Índia de atingir as metas, é ainda mais chocante ver que, mesmo nas áreas em que a Índia está se saindo relativamente melhor que em outros períodos – como no caso do ODM 1 (pobreza e fome) – dados desagregados revelam que, na realidade, houve um aumento das castas classificadas que vivem abaixo da linha de pobreza desde os anos de 1990; dados de 2004-2005 mostram que só as castas classificadas representam 39,8 por cento dos 25,7 por cento da população indiana que vive abaixo da linha de pobreza.

Tais observações sugerem que a estrutura anticastas construída pela Índia é um instrumento central de proteção social que, embora fraco, é indispensável. Essas políticas têm um papel semelhante ao da “terra” no caso da China. No entanto, Liu (2013) argumenta que, na China, a terra, o meio de promoção da proteção social, os marcos anticastas e as políticas avançadas de cotas da Índia junto com as florescentes experiências de cooperação entre o Estado e a sociedade civil, podem – e devem – ser consideradas uma excelente forma de promover-se o crescimento inclusivo. Evidências que vêm surgindo em discussões sobre o futuro Plano Quinquenal 12 sugerem que as medidas de liberalização na Índia não devem ser cogitadas sem antes de serem medidos os efeitos destrutivos que elas costumam ter sobre a estrutura de proteção social alvejada.

Referências:

- DAS GUPTA, P.; THORAT, S. Will India's Attainment of MDGs be an Inclusive Process? *IIDS Working Paper Series*, v. III., n. 02. New Delhi: IIDS, 2009.
- GILL, K. (2012). 'Promoting 'Inclusiveness': A framework for Assessing India's Flagship Social Welfare Programmes', *Social Policy Working Paper Series 2*. New Delhi: UNICEF and IIDS.
- THORAT, S.; LEE, J. Dalits and the Right to Food – Discrimination and Exclusion in Food-related Government Programmes. *IIDS Working Paper Series*, v. I., n. 03. New Delhi: IIDS, 2006.
- THORAT, S.; SENAPATI, C. Reservation Policy in India – Dimensions and Issues, *IIDS Working Paper Series*, v. I., n. 02. New Delhi: IIDS, 2006.